

*Ata da 18ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 2 de maio de 2019.*

Presidência da Senhora Deputada Maria del Carmen Lula (1ª Secretária). Às 15h21 a Sra. Presidente e proponente do evento, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão de **lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Cidades e das Engenharias**. Compuseram a Mesa dos trabalhos os Srs: Deputado Marcelino Galo Lula; Deputada Fabíola Mansur; Antônio Carlos Figueiredo Dultra, Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), representando o Governador Rui Costa; Deputado Federal Paulo Teixeira, Presidente da Frente Parlamentar pela Reforma Urbana; Deputado Federal Nelson Pellegrino; Luís Edmundo Prado de Campos, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (Crea-BA); Raimundo Ulisses de Oliveira Filho, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí; Solange Souza Araújo, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil; Ubiratan Félix, Presidente do Sindicato dos Engenheiros da Bahia; Angela Gordilho, Professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA; Gilcinéa Barbosa da Conceição, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia; Ariane de Souza Silva, Coordenadora da Defensoria Pública Especializada Civil e do Consumidor, representando o Defensor Público-Geral Ráfson Saraiva Ximenes; Vereadora Marta Rodrigues, representando os Vereadores de Salvador; Salomão José de Santana, Superintendente do Patrimônio da União na Bahia (SPU-BA); Marli Carrara, Coordenadora Nacional da União por Moradia Popular, representando o Conselho das Cidades; Raquel Rodrigues, representando o Fórum de Pós-Ocupação do Programa Minha Casa, Minha Vida; e Vinicius Rafael Viana, Coordenador do BR Cidades. Após a execução do Hino Nacional, a Deputada Maria del Carmen Lula passou a condução dos trabalhos ao Deputado Marcelino Galo Lula e, da tribuna, disse que a criação da Frente objetiva ampliar, na Casa, as discussões sobre a questão urbana e trazer a defesa das engenharias para a pauta da Assembleia Legislativa. Destacou a importância dos profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharias na formulação das políticas, programas e projetos para a urbe. Parabenizou o Crea-BA pelos 85 anos e informou que solicitará uma Sessão Especial comemorativa. Criticou o corte de verbas na área de reforma urbana e repudiou a redução de 30% dos recursos destinados às universidades federais, reafirmando o compromisso de ampliar os debates e fortalecer a luta dos movimentos sociais. Discorreu sobre a trajetória política dela em prol das cidades, saudou a memória de Zezéu Ribeiro, falou da criação da Subcomissão Especial de Desenvolvimento Urbano da Alba, destacou os debates sobre o direito às cidades trazidos para a Casa e externou o desejo de que a Frente torne a luta permanente. Falou da necessidade de resistir perante as ações autoritárias do Governo Federal e lembrou as moradias entregues à população mais carente pelo Programa Minha

Casa, Minha Vida. Registrou que realizará no dia 16 de maio, às 9h, na Casa, uma audiência pública para debater a constitucionalidade da extinção dos conselhos sociais e estratégias de resistência. Criticou a Reforma da Previdência e destacou o papel de luta que o Nordeste vem assumindo. O Sr. Paulo Teixeira prestou homenagem póstuma ao Sr. Zézeu Ribeiro pela defesa das cidades durante a passagem pelo Congresso Nacional. Disse que os baianos têm papel fundamental na construção de São Paulo e que usa o mandato dele trabalhando também por essa dívida com o povo baiano. Comentou o desmonte das políticas públicas promovidas pelo atual Governo e posicionou-se contrário à extinção do Ministério das Cidades e dos conselhos, dizendo que o Brasil vive um retrocesso. Afirmou que entre os anos de 2005 e 2011 houve um crescimento vertiginoso no mercado das engenharias, energias, transportes públicos, saneamento básico e moradia popular. Informou que a Bancada do PT, na Câmara dos Deputados, conseguiu uma liminar junto ao STF contra o decreto que extinguiu os conselhos. Discordou do conteúdo da proposta de Reforma da Previdência e finalizou solicitando persistência para vencer o momento que considerou de retrocessos. O Sr. Nelson Pellegrino disse que o Brasil vive tempos de atraso e defendeu a valorização das cidades e das engenharias pela melhoria das infraestruturas urbanas. Finalizou expressando o desejo do retorno do projeto petista para governar o Brasil. O Sr. Luís Edmundo falou da vontade do Crea-BA em protagonizar a própria área de atuação e opinou que “o problema no Brasil é a falta de engenharia e o excesso de burocracia”. Criticou a realização de pregão como meio licitatório para obras de engenharia, discorreu sobre as ações que o Crea promove no Estado e solicitou o apoio dos parlamentares para a regulamentação da engenharia pública. Parabenizou a Deputada Maria del Carmen Lula e demais signatários pela criação da Frente Parlamentar. A Deputada Olivia Santana destacou a importância das demais Casas Legislativas do Brasil acolherem o tema. Asseverou que a empresa Odebrecht é um patrimônio nacional e que os envolvidos em corrupção devem ser punidos, mas a destruição da integridade da empresa guarda a ideia de destruição do patrimônio nacional. Disse que o povo precisa lutar pela reconstrução da engenharia nacional e criticou o tratamento dado pelo Governo Federal ao Programa Minha Casa, Minha Vida. O Sr. Raimundo Ulisses afirmou que a engenharia tem soluções viáveis para o Brasil e defendeu a união dos segmentos sociais para a resolução dos problemas do País. O Deputado Marcelino Galo Lula criticou a ausência de engenheiros na Sessão e conclamou a união da classe. Afirmou que a engenharia política ajudará a resolver os problemas da desigualdade e da concentração de riqueza e renda no Brasil. Incentivou a iniciativa popular e lembrou das 800 casas populares ainda não entregues no Município de Lauro de Freitas. Registrou que o Governo intenta acabar com a Filosofia e a Sociologia no ensino público para que o pensamento crítico inexista. Disse que o ataque mais importante contra as engenharias foi perpetrado através da Operação Lava-Jato que desestabilizou a economia nacional. A Sra. Solange Araújo destacou a importância de debater o direito constitucional à cidade e informou que o Estatuto da Cidade regulamenta a política urbana no âmbito federal e define os planos de desenvolvimento

urbano, lamentando que o direito privado esteja se sobrepondo ao coletivo. Disse que o Instituto de Arquitetos se debruça sobre as questões de planejamento das cidades, evitando as desigualdades e disse ser contrária aos contratos em regime diferenciado de contratações (RDC). A Sra. Marli Carrara destacou o papel preponderante que a Frente deve exercer em defesa do desenvolvimento urbano nas áreas de habitação, saneamento básico, transporte e planejamento e gestão dos territórios das cidades, afirmando que estas questões são pertinentes a todos os deputados. Ressaltou a importância de realizar a Conferência das Cidades e pediu o apoio da Casa para a criação do programa estadual de moradia popular e do programa de assistência técnica aos municípios e profissionais da área de humanas. A Sra. Angela Gordilho criticou os cortes das verbas para as universidades públicas e conclamou a união das frentes públicas para defender o ensino público. Discorreu sobre os programas extensionistas da UFBA e ressaltou a importância de uma constituição de fundos que garanta o prosseguimento das atividades, solicitando aos parlamentares que defendam as universidades públicas. A Sra. Gilcinéa Conceição disse que para os arquitetos e urbanistas a defesa da sociedade é fundamental e colocou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) à disposição da luta. Informou que o CAU debate com a Defensoria Pública a possibilidade de criação de uma assistência técnica como política pública em prol da população. Ressaltou que a busca por cidades mais inclusivas se constrói no coletivo e parabenizou a proponente do evento. A Sra. Raquel Rodrigues registrou que o Fórum Pós-Ocupação nasceu com o objetivo de expor a necessidade de moradia com dignidade da população. Criticou o Governo Federal e ilustrou que o Fórum é uma avenida de mão dupla que necessita de outros órgãos para juntos discutirem problemas e soluções. Solidarizou-se com a UFBA, parceira do Fórum, pelo corte de verbas sofrido e solicitou o apoio do Governo Estadual para que os movimentos sociais tenham as demandas atendidas. A Vereadora Marta Rodrigues condenou os frequentes ataques ao movimento LGBT e destacou a importância dos direitos às cidades serem discutidos englobando as necessidades desta minoria. Comentou a situação das geomantas de Salvador e disse que o momento demanda uma reflexão sobre a Cidade. O Sr. Salomão José agradeceu a proponente do evento pelo convite e, fazendo alusão a fala do Sr. Raimundo Ulisses, disse que é importante buscar soluções viáveis e técnicas, colocando a Superintendência do Patrimônio da União na Bahia (SPU-BA) disponível. O Sr. Ubiratan Félix defendeu a necessidade de um Estado que proteja os mais pobres e os sindicatos como mediadores entre empregadores e empregados. Disse da importância do Crea-BA em atestar a qualidade profissional dos engenheiros e regulamentar a profissão, enfatizando que muitos engenheiros estão fora do mercado por ausência de política de Estado. Defendeu que os crimes cometidos por funcionários e dirigentes de construtoras não ocasionem o banimento das próprias empresas. Por fim, disse aos profissionais para ficarem atentos à intenção do Governo Federal de extinguir os conselhos. A Deputada Fabíola Mansur falou que, para alcançar cidades inclusivas e socialmente justas, é necessário aproximar a política da técnica e discorreu sobre a importância de uma ação multissetorial

para sanar o deficit habitacional. Afirmou que a Frente Parlamentar almeja colocar as demandas das cidades em uma agenda propositiva. Exaltou a importância social da engenharia e criticou a extinção dos conselhos e a perseguição às universidades públicas promovidas pelo Governo Federal. A Sra. Ariane Silva registrou a disponibilidade da Defensoria Pública para auxiliar nas políticas urbanas e de regularização fundiária através de soluções jurídicas bem como a realização de uma audiência pública entre a Defensoria Pública e o Crea-BA para discutir as questões das cidades. O Sr. Vinicius Rafael informou que o BR Cidades é um movimento horizontal que objetiva lutar por cidades mais justas e reconhece a necessidade de uma agenda urbana propositiva e que subsidie as candidaturas eleitorais de 2020. Solicitou o apoio da Frente Parlamentar e ofereceu o BR Cidades para auxiliar na luta pelos objetivos comuns. Comunicou que o BR Cidades realizará em São Paulo no mês de agosto um fórum e solicitou a todos que enviem propostas para serem debatidas durante o evento. Finalizou ressaltando que cidades mais justas não podem ser construídas sem educação pública de qualidade. O Sr. Antônio Carlos registrou que está há pouco tempo na Sedur, Secretária que atende a quatro áreas estratégicas do Estado - mobilidade urbana, habitação, gestão territorial e saneamento básico - e recentemente recebeu do Governo Estadual a função de cuidar dos resíduos sólidos; por isso, neste semestre elaborará um esboço de plano de resíduos sólidos. Discorreu sobre as obras do Governo do Estado na área da mobilidade urbana e informou que nos dias 16 e 17 de maio será realizado o 2º Seminário do ConConcidades no auditório da Sedur. O Sr. Martinho declamou a poesia “Só de Sacanagem” da poetisa Elisa Lucinda. Durante a Sessão a Sra. Presidente registrou a presença de diversas autoridades civis e militares. Após a execução do Hino da Bahia, a Sra. Presidente, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE -
1º SECRETÁRIO -
2º SECRETÁRIO -